

PETIÇÃO

Justiça para Militares, Profissionais da GNR e da Polícia Marítima

Considerando que existe um tratamento injusto, discriminatório e indigno para com os militares das Forças Armadas, os profissionais da GNR e da Polícia Marítima ao não verem corrigidas as consequências do tempo de congelamento na progressão das respetivas carreiras;

Considerando que a colocação à Assembleia da República, de um pedido de alteração da medida legislativa que provocou a situação injusta e indigna acima descrita é um imperativo democrático;

Os cidadãos abaixo assinados nos termos da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/93, de 1 de março, Lei n.º 15/2003, de 4 de junho, Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto e Lei n.º 51/2017, de 13 de julho, onde se inclui a Declaração de Retificação n.º 23/2017, de 5 de setembro, vêm requerer a Sua Excelência o Presidente da Assembleia de República que agende a revisão pela Assembleia da República da medida legislativa que consagrou aquela injustiça.

N.º	N.º do CC/BI	ASSINATURA
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		

N.º	N.º do CC/BI	ASSINATURA
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		
45		
46		
47		
48		
49		
50		